



Comissão aprova emendas para atividades de inteligência

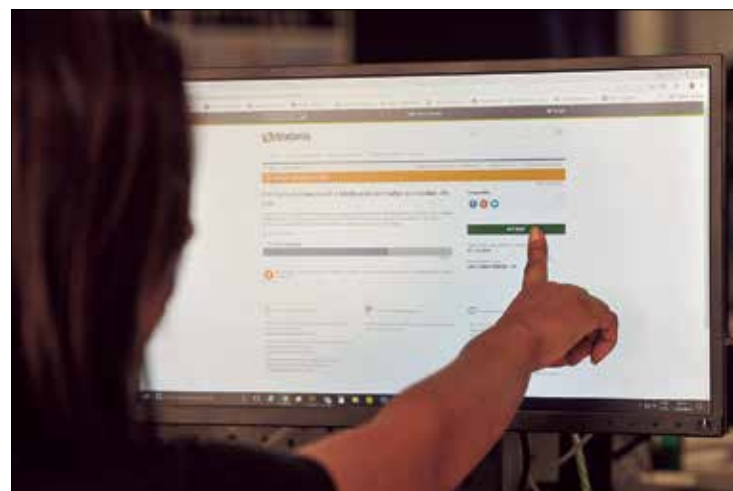
Caso aprovadas em definitivo pelo Congresso Nacional, as emendas ao projeto de lei orçamentária de 2019 vão financiar ações das Forças Armadas e da Agência Brasileira de Inteligência

A Agência Brasileira de Inteligência e as Forças Armadas foram contempladas ontem com emendas no projeto de lei orçamentária de 2019, aprovadas pela Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

A primeira delas destina R\$ 80 milhões à agência. Já o Exército deve receber R\$ 70 milhões para implantar sistema de defesa cibernético. À Aeronáutica e à Marinha, foram destinados

R\$ 20 milhões e R\$ 5 milhões, respectivamente. Nos dois casos, os recursos vão para ações de caráter sigiloso.

Parlamentares, bancadas estaduais e comissões da Câmara dos Deputados e do Senado têm até 1º de novembro para enviar suas emendas ao projeto de lei orçamentária, que está em análise na Comissão Mista de Orçamento. A proposta deve ser votada pelo Congresso Nacional até 22 de dezembro. **3**



Pilar Pedreira/Agência Senado

Homofobia e Estatuto do Desarmamento estão entre os temas mais procurados

Acessos ao Portal e-Cidadania aumentam no período eleitoral

Durante a campanha eleitoral deste ano, o Portal e-Cidadania registrou aumento de acessos da população, principalmente nas propostas que foram tema de debate entre os candidatos.

Na semana passada, o projeto que criminaliza a homofobia recebeu mais de 200 mil votos em 24 horas. Já a proposta que revoga o Estatuto do Desarmamento soma mais de 650 mil manifestações no portal. **2**

Deficiente pode ter prioridade para tirar férias **2**

Projeto unifica horário de votação nas eleições **4**

Aluno pobre pode ter auxílio financeiro no fim dos estudos

A Comissão de Educação vai analisar projeto que destina um benefício financeiro a alunos do ensino médio cuja renda familiar per capita não ultrapasse um salário mínimo e meio. O Programa Poupança Jovem vai priorizar jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica de regiões de baixo IDH. **4**

Proposta obriga adaptação de prédio público para deficientes

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência determina que prédios públicos devem ser projetados para acesso de todas as pessoas, especialmente as que possuem alguma deficiência. Projeto com esse objetivo está em análise na Comissão de Direitos Humanos. **4**

Texto incentiva participação feminina na ciência



Cecília Bastos Ribeiro/USP Imagens

Segundo a Unesco, apenas 28% dos pesquisadores do mundo são mulheres

Projeto de lei em tramitação na Comissão de Direitos Humanos estimula a participação de mulheres nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática.

No texto, a senadora Maria do Carmo Alves propõe que a Base Nacional Comum Curricular adote estratégia para “mitigar preconceitos e barreiras culturais à participação da mulher” nessas áreas. Também sugere alteração na lei de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica com o mesmo objetivo. **3**



Exposição comemorativa dos 30 anos da Constituição Cidadã

de 22 de outubro a 17 de dezembro
Salão Negro do Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes, s/ nº - Brasília - DF
Mais informações: cn.leg.br/visite



“O documento da liberdade, da dignidade, da democracia, da justiça social do Brasil”

Ulysses Guimarães

Texto prioriza pessoa com deficiência para tirar férias

Projeto de Paulo Paim já pode receber emendas na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Senador diz que essa parcela da população precisa de mais tempo para se planejar

PROJETO RECÉM APRESENTADO no Senado determina que servidor público ou empregado de empresa privada com deficiência terá direito à preferência na concessão de férias. A proposta começou a tramitar na Comissão de Direitos Humanos (CDH), onde aguarda recebimento de emendas.

O PLS 403/2018, de iniciativa de Paulo Paim (PT-RS), tem como objetivo contribuir para o aperfeiçoamento do Estatuto da Pessoa com Deficiência, ao determinar que tanto o empregado como o servidor público com deficiência ou que tenha cônjuge, companheiro ou dependente com deficiência tenha prioridade na concessão de férias.

Na justificativa do projeto, o senador destacou o fato de que a pessoa com deficiência ou cujo familiar tenha deficiência costuma necessitar de um prazo maior para planejar o tempo destinado às férias anuais, seja ele usufruído no local de residência, seja em outra cidade, garantindo assim “que seja despendido



Pedro Ventura/Agência Brasília

Empregado de empresa privada está entre os beneficiados com o projeto

com comodidade, segurança e tranquilidade”.

Ele ressaltou que, por vezes, o trabalhador com deficiência ou cujo cônjuge ou dependente seja deficiente deseja se afastar temporariamente do trabalho para cuidar mais da própria saúde física ou mental ou do familiar, para participar de atividades e eventos voltados à melhoria da qualidade de vida, à exploração dos potenciais da pessoa com deficiência ou mesmo para

a defesa de uma sociedade inclusiva.

“Como se observa, o projeto não cria direito a um novo afastamento, mas tão somente garante prioridade na escolha do período de gozo do direito a férias anuais em relação aos demais empregados ou servidores do respectivo órgão, entidade ou empresa, permitindo que tanto empregados e servidores como as respectivas chefias se programem com antecedência”, conclui Paim.

Portal e-Cidadania tem mais acessos por conta das eleições

As eleições de 2018 têm movimentado o debate político na sociedade, e a internet é um dos principais locais de manifestação. O Portal e-Cidadania do Senado registrou aumento de acessos da população, principalmente nas propostas que foram tema de debate nas campanhas eleitorais.

Na semana passada, por exemplo, a consulta pública do PLS 515/2017, que criminaliza a homofobia, recebeu mais de 200 mil votos em 24 horas. Já o PDS 175/2017, em prol da revogação do Estatuto do Desarmamento, soma atualmente mais de 650 mil manifestações no portal.

Neste período eleitoral, a consulta pública se destacou como um dos recursos mais utilizados no portal. A ferramenta permite que as pessoas opinem sobre projetos de lei, propostas de emenda à Constituição, medidas provisórias e outras proposições em tramitação no Senado Federal, até a deliberação final (sanção, promulgação, envio à Câmara dos Deputados ou arquivamento).

Para interagir no site, basta fazer um cadastro com e-mail ou por meio de contas do Google e do Facebook, expli-

ca o coordenador de Apoio ao Programa e-Cidadania, Alisson Bruno Dias de Queiroz. Segundo ele, o tráfego normal no site é de 200 a 300 pessoas on-line por minuto.

— É normal existirem alguns picos [de acesso] durante o ano, mas as eleições fortalecem e propiciam mais manifestações no portal — informa.

A criminalização da homofobia, prevista no PLS 515/2017, foi uma proposta de um cidadão feita no Portal e-Cidadania.

Apresentada por Lucas Veiga Couto, de Colombo (PR), recebeu os 20 mil apoios necessários em apenas oito dias. A ideia tramitou como sugestão, foi aprovada pela CDH e agora foi transformada em projeto de lei. O texto está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

As ideias legislativas podem ser enviadas ao e-Cidadania por qualquer cidadão. Elas devem receber no mínimo 20 mil apoios dos internautas, em até 120 dias, para se transformarem em uma sugestão legislativa e seguir para a análise da CDH. Caso aprovadas, passam a tramitar como projeto de lei.

ELEIÇÕES 2018

Izalci Lucas (PSDB-DF)



Alex Ferreira/Câmara dos Deputados

Futuro senador vai priorizar mais verbas para o DF

Reformas tributária e política são foco de Izalci

O deputado federal Izalci Lucas vai assumir uma cadeira no Senado a partir do próximo ano. Eleito com mais de 400 mil votos no Distrito Federal, promete trabalhar por mais recursos para o DF e em favor de temas relacionados à educação.

Segundo Izalci, seu mandato também será dedicado à agenda das reformas tributária e política. Ele diz que uma reforma profunda nos impostos é muito importante, pois “nin-

guém aguenta mais essa carga tributária que está aí”. Para ele, uma reforma política também é urgente e necessária.

— É impossível trabalhar com 35 partidos dentro de uma Casa — afirmou.

Izalci nasceu em Araújo (MG) e tem 62 anos. Está em seu terceiro mandato de deputado federal. Foi deputado distrital e secretário de Ciência e Tecnologia do DF durante os governos de Joaquim Roriz e José Roberto Arruda.

Zenaide Maia (PHS-RN)



Antonio Augusto/Câmara dos Deputados

A atual deputada promete lutar também pela saúde

Zenaide Maia quer mais crédito ao setor produtivo

A senadora eleita Zenaide Maia defenderá mais crédito público para a geração de empregos e de renda. Eleita com 660 mil votos, ela destacou que sua atuação priorizará também investimentos em segurança pública e saúde. Para isso, na sua opinião, será necessário revogar as reformas econômicas de Michel Temer.

Zenaide, hoje deputada federal, chamou a atenção para a necessidade de aportes financeiros no setor produtivo para

combater a crise econômica. Para ela, a medida aumentaria a oferta de empregos e movimentaria a economia. Essa função deve ser dos bancos públicos, afirma Zenaide, que hoje cobram juros altos e não dão retorno.

— Não podemos ter cinco bancos estatais com lucros enormes não financiando a construção civil, o comércio e a agricultura familiar. O governo vai ter que ver isso. Matamos quem gera emprego e renda.

Marcos do Val (PPS-ES)



Arquivo Pessoal/Facebook

Segurança é a maior bandeira do representante capixaba

Marcos do Val pede um pacto em favor do Brasil

A partir do ano que vem, Marcos do Val vai representar o Espírito Santo no Senado. Eleito com pouco mais de 860 mil votos, ele pediu que as vaidades sejam deixadas de lado para que todos os parlamentares pensem no coletivo e firmem um pacto pelo Brasil.

— Nosso foco precisa ser na geração de emprego. Precisamos de todo mundo unido, para que o Brasil volte a crescer — pede o futuro senador, para quem a renovação no

Congresso é um recado do povo aos políticos.

Sua principal bandeira será a segurança pública, que, para ele, deve ir além do “tiro e da bomba”.

De acordo com Marcos do Val, existem meios mais eficientes para implementar uma segurança pública de qualidade, como os investimentos em projetos sociais, educação e estruturação da família, além de alterações no Código Penal.

Pedro Franco/Agência Senado



Fernando Collor preside o colegiado misto que aprovou ontem 4 emendas. O valor total atingiu R\$ 175 milhões

Comissão aprova emendas para Abin e Forças Armadas

Agência Brasileira de Inteligência receberá R\$ 80 milhões, enquanto Exército, Marinha e Aeronáutica terão R\$ 95 milhões para implantar um sistema de defesa cibernético e ações de caráter sigiloso

A COMISSÃO MISTA de Controle das Atividades de Inteligência aprovou ontem quatro emendas ao Projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2019 (PLN 27/2018). A votação ocorreu na manhã de ontem.

A primeira emenda foi direcionada à Agência Brasileira de Inteligência (Abin), no valor de R\$ 80 milhões. As outras três são para as Forças Arma-

das: uma para o Comando do Exército, para implantação de sistema de defesa cibernético (R\$ 70 milhões), e as outras duas para ações de caráter sigiloso da Marinha (R\$ 5 milhões) e da Aeronáutica (R\$ 20 milhões).

As comissões têm até 1º de novembro para enviar suas emendas. O PLOA 2019 está em análise na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

O relator é o senador Waldemir Moka (MDB-MS). Os parlamentares e as comissões permanentes da Câmara e do Senado, assim como as bancadas estaduais, têm o direito de apresentar suas sugestões.

A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência é composta de seis senadores e seis deputados, sob a presidência do senador Fernando Collor (PTC-AL).

Proposta muda leis para aumentar mulheres na ciência

Terminou ontem o prazo para a apresentação à Comissão de Direitos Humanos (CDH) de emendas ao projeto de lei do Senado que incentiva a participação das mulheres nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática.

O PLS 398/2018 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394, de 1996) prevendo uma nova diretriz para a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define os conteúdos essenciais a serem desenvolvidos pelos alunos na educação básica. De acordo com a proposta, a BNCC deve buscar “estratégias para mitigar preconceitos e barreiras culturais à participação da mulher nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática”.

A proposição também altera a lei de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo (Lei 10.973, de 2004), incluindo como novo princípio da legislação o “estímulo à participação da mulher nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática”.

A autora do PLS 398/2018 é Maria do Carmo Alves (DEM-SE). A senadora lembra que, de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), apenas 28% dos pesquisadores do mundo são mulheres. Maria do Carmo argumenta que uma maior participação feminina na ciência significaria “uma vitória na luta pela igualdade entre homens e mulheres”.

“É evidente que não se trata de coagir ou direcionar meninas e mulheres à área de ciência, tecnologia, engenharia e matemática. Mas, ao contrário, criar desde cedo, por meio de abordagens nas disciplinas escolares tradicionais, um ambiente mais livre de estigmas, preconceitos e barreiras, de forma que aquelas estudantes que tenham aptidão e interesse em seguir nas áreas se sintam encorajadas e seguras para ir em frente”, argumenta a senadora na justificativa do projeto.

O PLS 398/2018 aguarda designação de relator na CDH. A proposta ainda precisa passar pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).



Soraya Thronicke (PSL-MS)



Futura senadora vai trabalhar pelo Estado mínimo

Soraya Thronicke defende abertura da economia

Futura senadora por Mato Grosso do Sul, a advogada Soraya Thronicke afirmou que defenderá a liberalização da economia. Ela disse apoiar o candidato a presidente Jair Bolsonaro e, caso ele seja eleito, ajudará o governo a priorizar áreas essenciais para o investimento público.

— Países de primeiro mundo que têm uma economia liberal mostram que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) caminha junto com a

abertura da economia. Iremos trabalhar em um Estado mínimo, focado em saúde, educação e segurança pública.

Soraya considera excessiva a quantidade de empresas estatais no Brasil e garante que defenderá uma “radiografia” do país, com análise de números de cada uma para verificar as que dão resultados e quais trazem prejuízos. Ela observa que as privatizações necessárias deverão ser executadas “com responsabilidade”.

Reprodução

Arolde de Oliveira (PSD-RJ)



Representante fluminense deve priorizar a segurança

Arolde de Oliveira quer “defesa da vida e da família”

Com a experiência de nove mandatos como deputado federal, Arolde de Oliveira assumirá pela primeira vez o cargo de senador e prometeu trabalhar em defesa da vida e da família.

— Minha proposta é de defesa da vida, defesa da família, contra ideologia de gênero, contra escola partidarizada.

Outra bandeira do senador eleito é ajudar a resolver o problema da segurança pública,

em especial no Rio de Janeiro.

— Temos muitas propostas na área de segurança pública para resolvermos o problema lá. O estado tem uma vocação para a indústria turística e nada ofende mais essa indústria do que a violência.

Eleito com mais de 2,3 milhões de votos, Arolde de Oliveira, que tem 81 anos, disse ainda que vai trabalhar para enquadrar as atividades das facções criminosas na Lei Antiterrorismo.

Janine Moraes

Eliziane Gama (PPS-MA)



Atual deputada busca melhorias para o Maranhão

Eliziane Gama pede país com mais emprego e renda

Eliziane Gama quer colocar o Maranhão no mapa político brasileiro. Ela diz reconhecer que o momento é delicado e pede serenidade para “trabalhar a renovação necessária para o Brasil”. A futura senadora promete atuar pela economia e por mais igualdade e oportunidade para o Maranhão.

— O Brasil quer uma resposta, não apenas imediata, mas consolidada. Precisamos pensar num Brasil melhor,

com mais emprego e mais renda — declara.

Eliziane Pereira Gama Melo nasceu em Monção (MA), tem 41 anos e é jornalista. Ligada à igreja Assembleia de Deus, foi a deputada federal mais votada do Maranhão em 2014, quando se elegeu para o primeiro mandato em Brasília. Ela também foi deputada estadual por dois mandatos, entre 2007 e 2015. Na Assembleia Legislativa maranhense presidiu três comissões e uma CPI.

Gustavo Lima/Câmara dos Deputados

Projeto cria benefício para alunos carentes

A cada ano do ensino médio, será depositado em conta do jovem de baixa renda um valor a ser retirado após a conclusão dos estudos. A intenção é diminuir as taxas de evasão

ESTUDANTES DO ENSINO médio cuja renda familiar mensal per capita não exceda um salário mínimo e meio podem passar a receber um benefício financeiro para a conclusão dos estudos, desde que estejam regularmente matriculados na rede pública de ensino. As regras constam do projeto que institui o Programa Poupança Jovem, que aguarda recebimento de emendas na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde será analisado em caráter terminativo.

Segundo o PLS 399/2018, do senador Ciro Nogueira (PP-PI), o benefício será concedido como forma de incentivar a permanência na escola de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e aumentar a taxa de conclusão do ensino médio. O valor será definido em regulamento posterior.

Na concessão do benefício, serão priorizadas regiões que apresentem baixo Índice de



Divulgação/Governo do Maranhão

Estudantes de escolas públicas em regiões com baixo IDH terão prioridade para receber o auxílio financeiro

Desenvolvimento Humano (IDH) e taxas elevadas de evasão e repetência escolar.

A soma dos benefícios anuais, correspondentes a cada série em que o beneficiário obtiver aprovação, somente será liberada após a conclusão da última série do ensino médio, assegurada a atuali-

zação financeira com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou outro que vier a substituí-lo.

Não terá direito ao benefício o estudante que abandonar os estudos, se desligar da instituição de ensino, for reprovado por faltas em quaisquer das séries do ensino médio ou

mantiver conduta incompatível com o programa. A concessão do benefício financeiro está condicionada à existência de recursos no Orçamento.

Evasão escolar

Autor do projeto, Ciro Nogueira aponta o baixo percentual de jovens que conseguem

concluir o ensino médio na idade considerada adequada.

Para o senador, a proposta poderá contribuir para mudar esse quadro, visto que os estudantes mais atingidos pela evasão e repetência geralmente vêm de famílias com pouca escolaridade e baixa renda.

Ele considera que, por precisarem trabalhar, esses estudantes não dispõem de condições para priorizar os estudos, tornando-se vulneráveis às reprovações sucessivas e ao abandono da escola.

“A proposição busca justamente conceder benefício pecuniário como mecanismo indutor da permanência dos estudantes e do aproveitamento acadêmico no ensino médio. A partir desse incentivo, os estudantes poderão se dedicar com mais tranquilidade aos estudos, avançando e progredindo, sem os limites impostos pelas dificuldades financeiras”, afirma o senador na justificativa do projeto.

Texto estabelece adaptação de prédios públicos para deficientes

Todos os prédios e equipamentos públicos devem ser projetados para permitirem o acesso universal das pessoas, especialmente aquelas que possuem alguma deficiência.

Partindo dessa determinação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que o Brasil assinou em 2009, Hélio José (Pros-DF) apresentou projeto que obriga a adoção do chamado desenho universal: objetos, equipamentos e estruturas concebidos de modo a que qualquer pessoa possa usá-los ou acessá-los.

O Projeto de Lei do Senado 402/2018 foi encaminhado à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde aguarda designação de relator e está com prazo aberto para a apresentação de emendas

por outros senadores.

Na justificativa do projeto, Hélio José ressalta que as cidades brasileiras se apresentam hostis aos pedestres em geral e às pessoas com mobilidade reduzida em particular.

“São calçadas esburacadas, escorregadias, descontínuas, irregulares ou mesmo inexistentes. Há centenas de prédios públicos nos quais pessoas com deficiência não conseguem entrar ou mesmo serem atendidas”, argumenta o senador.

Estatuto

Hélio José afirma ainda que o projeto pode contribuir para a implementação imediata do Estatuto da Pessoa com Deficiência e da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Proposta sugere horário único para votações

Foi apresentado ao Senado projeto de lei que define horário único para votação em todo o país. De Raimundo Lira (PSD-PB), o PLS 400/2018 estabelece que as urnas ficarão abertas das 8h às 17h no horário de Brasília. O texto será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Na justificativa da proposta, o autor explica que o Código Eleitoral já determina que o horário de votação seja das 8h às 17h, mas não trata dos qua-

tro fusos horários brasileiros. Assim, atualmente a votação começa e termina em horários diferentes dependendo do fuso.

Por exemplo: a votação no primeiro turno da eleição de 2018 começou às 8h em Brasília, quando no Acre ainda eram 6h. A votação no Acre terminou às 17h em seu fuso horário, mas em Brasília já eram 19h. A ideia do senador é que a votação em todo o país leve em conta apenas o horário

oficial de Brasília, ou seja, a votação no fuso horário do Acre ocorreria das 6h às 15h.

“Como o sistema de urnas eletrônicas permite uma apuração e totalização rápida dos votos, a cada eleição os resultados já apurados deixam de ser divulgados até o fechamento das urnas do estado do Acre e da extremidade ocidental do estado do Amazonas. O presente projeto estabelece que os votos serão recebidos entre as 8h e as 17h, considerado o horário de Brasília, utilizado pela grande maioria da população brasileira. Os habitantes das regiões em que vigoram os demais fusos poderão antecipar seu voto, no horário local, e encerrarão a votação uma, duas ou mais horas antes do que fazem hoje. Por outro lado, todas as urnas encerrar-se-ão no mesmo horário de Brasília, e a divulgação dos dados da apuração poderá ocorrer em tempo real”, argumenta.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Raimundo Lira pretende que a hora de Brasília prevaleça em todo o país

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário:
 Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,
 Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.